



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682607 - SP (2021/0233959-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : BRUNO KENDI SAKAI
ADVOGADO : BRUNO KENDI SAKAI - SP372793
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE VANDEILDO HOLANDA DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE VANDEILDO HOLANDA DE FREITAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0007109-55.2021.8.26.0996).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento da progressão ao regime semiaberto, aduzindo que o apenado possui boa conduta carcerária e o lapso temporal foi cumprido desde 24.10.2018.

Assevera que o reeducando preenche os requisitos legais para a progressão ao modo prisional intermediário, nos termos do art. 112 da LEP.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde no regime semiaberto até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja deferida a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 35/36):

Com efeito, é dos autos que o agravante desconta pena de 19 anos, 09 meses e 21 dias, em razão da prática do crime de homicídio duplamente qualificado (fl. 24/29).

Agiu com seu costumeiro acerto o Juízo “a quo” ao indeferir o pedido de concessão da progressão de regime, pelo não preenchimento do requisito subjetivo.

Realmente, pelo conjunto de fatores levados em consideração na r. decisão recorrida, constata-se que o sentenciado não possui méritos para ser beneficiado.

Como é cediço, para se obter o benefício do livramento condicional, é necessário que o reeducando dê seguras mostras - no curso da execução - de que ele pode ser promovido para um regime mais ameno no qual a vigilância é menos

rigorosa.

Ressalte-se ainda que, bom comportamento carcerário não se confunde com aptidão ou adaptação do condenado e muito menos serve como fator indicativo de sua readaptação social. Portanto, o deferimento de sua pretensão, nesse momento, é bastante prematura e tal atitude se revelaria temerária, uma vez que representa sério risco à sociedade.

Assim, como em matéria de execução criminal vigora não o princípio in dubio pro reo, mas sim in dubio pro societate, é necessário que o reeducando permaneça por mais um período no regime fechado.

[...]

Desta forma, como se vê, nenhum reparo merece a r. decisão recorrida, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência